

ASSISTENCIALISMO NA DIMENSÃO CIDADANIA - SAÚDE:

Da História à Prática Cotidiana

[*The assistencialismo in dimension health - citizenship: from the history of everyday practice*]

Ellen Jeane Schuldt *

Andréa da Silva **

Dione Lúcia Prim ***

Zuleica Maria Patrício ****

RESUMO: Trata-se de uma reflexão sobre o papel do Assistencialismo nas questões da Cidadania-Saúde da população brasileira. Primeiramente, o tema é pontuado na História do Brasil, do descobrimento até os dias atuais e, a seguir, através de exemplos de duas situações da prática nas quais o assistencialismo esteve presente como expectativa da população e também como instituição social. Da reflexão da relação do processo histórico de construção do assistencialismo no Brasil com a práxis, chama-se atenção para os dois tipos de assistencialismo: o institucional e o momentâneo.

PALAVRAS CHAVE: História do Brasil; Assistência a Saúde; Identificação Social.

O ASSISTENCIALISMO NA DIMENSÃO CIDADANIA - SAÚDE: Da história à prática cotidiana

INTRODUZINDO O TEMA

Observando registros de uma das pesquisas participantes desenvolvidas pelo Núcleo de Pesquisa do qual fazemos parte (TRANSCRIAR-UFSC: Núcleo de Estudos Participantes do Processo de Viver e Ser Saudável), cujo tema central é Cidadania-Saúde, constatou-se que a população pesquisada apresentava, na sua maioria, como expectativa e conduta o assistencialismo. Aliado à reflexões realizadas acerca de vivências pessoais, profissionais e outros temas trabalhados pelo Núcleo, surgiu o interesse em desenvolvermos uma reflexão sobre a questão Assistencialismo - Cidadania - Saúde.

Segundo Freire (1985, p. 58), assistencialismo é uma forma de ação que rouba ao homem condições à consecução de uma das necessidades fundamentais de sua alma: a responsabilidade. Ele cita Simone Weil, onde esta afirma que "a satisfação desta necessidade, referindo-se à responsabilidade, exige que o homem tenha de tomar amíúde decisões em problemas grandes e pequenos, que afetam interesses alheios aos seus próprios, com os quais, porém, se sente comprometido."

Fazendo uma análise mais profunda do tema em questão, percebe-se que uma das características principais do assistencialismo é a passividade, que gera como consequência a incapacidade do ser humano em tomar decisões frente às situações emergentes do cotidiano.

Paulo Freire (1985), em seu livro: Educação como prática da liberdade, conceitua os temas integração e acomodação, dizendo que a integração resulta da capacidade do homem de ajustar-se à realidade,

* Acadêmica de Direito da UFSC, Membro do Núcleo TRANSCRIAR-UFSC.

** Enfermeira, Membro do Núcleo TRANSCRIAR-UFSC.

*** Acadêmica de Enfermagem, Membro do Núcleo TRANSCRIAR-UFSC.

**** Enfermeira, Docente do Dep. de Enfermagem/UFSC, Coordenadora do Núcleo TRANSCRIAR-UFSC.

transformando-a, optando, cuja criticidade é nota fundamental. Na medida em que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido às decisões que já não são mais suas, e que o minimizam, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se. A adaptação é assim, um conceito passivo. Este aspecto passivo se revela no fato de que não seria o homem capaz de alterar a realidade, pelo contrário, altera-se a si para adaptar-se. A adaptação daria margem apenas a uma débil ação defensiva. Para defender-se, o máximo que faz é adaptar-se.

Com esse artigo, pretendemos fortalecer ainda mais o diálogo que envolve a dimensão de cidadania e da qualidade de vida, ou seja, Cidadania - Saúde. Para tanto, fomos buscar maior compreensão sobre o assistencialismo nessa dimensão, a partir da História do Brasil e em situações vivenciadas no cotidiano de trabalho com a população, em especial com famílias brasileiras.

ASSISTENCIALISMO - CIDADANIA: Dados Históricos

Se observarmos os acontecimentos históricos em nosso país, veremos que a prática assistencialista tem suas raízes na história do Brasil.

No ano de 1500, o Brasil é "descoberto" por Portugal. Nesse momento, a Europa era marcada pela passagem da Idade Média para a Idade Moderna (pela transição do feudalismo para o capitalismo). A partir de 1530, Portugal decidiu-se pela colonização do Brasil, sendo a vida econômica, política e social organizada em função dos interesses, necessidades e decisões da Metrópole portuguesa. Dessa forma, o Brasil passou a ser colônia de exploração, ou seja, ele completava a economia da metrópole, exportando matérias primas, produtos tropicais, riquezas minerais e importava produtos manufaturados de Portugal. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos da América, onde este foi colônia de povoamento e as pessoas tiveram que lutar para construir o seu país.

Em 7 de setembro de 1822, o Brasil torna-se politicamente independente. Essa independência não provocou nenhuma mudança profunda na estrutura social do país, que passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação inglesa, ou seja, a vida sócio-econômica e até mesmo política é dependente dos interesses, necessidades e decisões, agora, da Inglaterra.

Com a Constituição de 1824, observa-se uma centralização do Poder nas mãos do Imperador que, através do Poder Moderador, tem o comando de todas as decisões sócio-político-econômicas (suas bases foram fundamentadas no ideal absolutista que vigorava na época). A Igreja fica sob o poder do Estado e o voto passa a ser censitário, não secreto, e as eleições indiretas.

Percebemos assim que a atitude de aceitação, adaptação e acomodação, foi sendo incorporada à história.

Com a instauração da República, a situação não mudou muito. O Brasil tornou-se um país republicano, federativo e presidencialista. Entretanto, as decisões políticas, sociais e econômicas passaram, agora, das mãos de uma única pessoa para as de um grupo minoritário (Presidente, Ministério e Congresso), isto é, a maioria da população continuava não participando das decisões relacionadas com a vida do país.

Destacamos no início da República o período que ficou conhecido como "Coronelismo", no qual a prática assistencialista se fez presente.

"...o coronel era temido e respeitado, relacionava-se de maneira íntima com seus eleitores, fazia-se de

padrinho e compadre de todos, realizava visitas de cortesia e era pródigo em favores. Arranjava escola, hospitalizava doentes e conseguia empregar pessoas no setor público. Tirava gente da cadeia, doava terras ou as expropriava daqueles que não se enquadrassem ao seu mando. Geralmente era o festeiro, patrocinando as festas dos santos. Fazia as doações de prendas para as quermesses. Em troca exigia fidelidade, respeito e atuação em seus bandos armados, que eliminavam aqueles considerados "ingratos" e garantiam a dominação regional do coronel contra a possível interferência de um outro coronel. Assim, da esfera local e regional à federal, predominava a política do "toma lá, dá cá", em que a preocupação com os interesses nacionais inexistia." (História do Brasil, 1990, p. 203).

Em outro momento da história, destaca-se o período do Estado Novo, com o Golpe de Estado de 1937. Esta foi uma fase de repressão que se caracterizou por um regime autoritário, por uma política relativamente organizada onde foi difundida uma "mentalidade" popular, sem a preocupação de formar uma ideologia consistente. O estado intervia no campo social, econômico com o objetivo de desfazer as tensões existentes tanto nas classes dominantes, como entre estas e as forças populares. Neste período, a passividade da população foi sendo intensificada. Ocorreram manifestações de protesto no país contra o governo, realizadas por alguns grupos, no entanto, estes representavam uma minoria.

O governo, por outro lado, concedia alguns "benefícios", como a criação do salário mínimo e inúmeras leis trabalhistas. E dessa forma, ratificava-se a tendência assistencialista, de modo que o governo, representado por Getúlio Vargas, construía uma imagem benevolente de "pai dos pobres", ao mesmo tempo que tirava do povo a oportunidade de exercer sua cidadania.

Ainda em nossa história, percebemos outro ponto marcante, que foi a Ditadura Militar que se instalou com a Revolução de 31 de março de 1964. Nesta época, intensificou-se ainda mais a passividade do povo com o controle rígido dos meios de comunicação, da educação, da produção de conhecimentos, da cultura em geral e de qualquer forma de expressão libertadora. "Os direitos individuais eram cerceados e o presidente podia demitir, aposentar ou transferir para a reserva funcionários públicos ou militares. O AI-5 (ato institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968), tornou as manifestações oposicionistas ao governo extremamente arriscadas, pois os órgãos de repressão passaram a atuar através de prisões sem mandados judiciais, torturas e assassinatos.

Por outro lado, os grupos de extrema esquerda receberam adesões, particularmente de jovens e intelectuais, o que os levou a ampliar suas ações, acreditando em um apoio popular que, entretanto, nunca ocorreu" (História do Brasil, 1990, p. 203).

Assim sendo, o assistencialismo, que no decorrer da história surge como uma prática, a partir desta época, transforma-se numa instituição. De acordo com Freire, passa a ser defendida "uma democracia sui generis" em que o povo é um enfermo, a quem se aplica remédios. E sua efermidade está precisamente em não ter voz e participação. Toda vez que tente expressar-se livremente e pretenda participar é sinal de que continua enfermo, necessitando, assim, de mais "remédio".

A saúde, para esta estranha democracia, está no silêncio do povo, na sua quietude. Está na "sociedade

fechada". No imobilismo. Daí que falem tanto os defensores dessa "democracia" na necessidade de preservar o povo do que chamam de "idéias exóticas", em última análise, de tudo que possa contribuir para a presença atuante do povo no seu processo histórico (Freire, 1985, p.55).

DA HISTÓRIA À REFLEXÃO SOBRE O COTIDIANO: O Assistencialismo Institucional x Assistencialismo Momentâneo

Reportando-nos aos registros de dados de campo da pesquisa participante com foco na promoção da Cidadania - Saúde, do Núcleo TRANSCRIAR-UFSC, observamos duas situações em que o assistencialismo esteve presente como expectativa da população e também como instituição social. Essas situações conforme Patrício (1992), podem ser caracterizadas como "Assistencialismo Momentâneo" e "Assistencialismo Institucional". A seguir, relataremos estas situações e as reflexões advindas das mesmas.

Situação 1 - No Posto de Enfermagem

"...Lua (1) veio ao posto falar com Sol (2):

Gostaria de saber se Sol poderia emprestar dinheiro para pagar os talões de água e de luz, ou talvez se deixássemos, Sol poderia pagá-los...

*...Lua também disse que precisava de cobertores, mais achou melhor pedir somente o dinheiro para depois pedir os cobertores..." (notas de campo)**

Acreditamos como Nitschke, citado por Elsen et al (1992), que Cidadania é a consciência dos direitos e deveres de uma pessoa dentro de uma sociedade. Acreditamos, também, baseadas em Freire e no próprio referencial de Enfermagem utilizado no Núcleo, que é esta "consciência" **se fazendo na ação**, nas atitudes do cotidiano do processo de viver. E entendemos que Lua parece acreditar que não necessita cumprir seus deveres de cidadã e sempre que precisar encontrará alguém que faça por ela, que decida por ela, enfim, que assuma as suas responsabilidades.

Paralelamente a essa conduta, conforme Patrício (1990), existe a contradição de sentir que o indivíduo que não possui condições para satisfazer suas necessidades e cuja história não contempla os privilégios da minoria, teria o direito de usufruir de recursos que as instituições públicas poderiam oferecer.

A assistência segundo Sposati (1989), tem se constituído no instrumento privilegiado do Estado para enfrentar a questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais. Para isso, institui prestação de serviços destinados aos indivíduos identificados como pobres, carentes, desamparados.

Desta forma, o Estado como instituição, pela sua benevolência frente a carência dos indivíduos, caracteriza-se como assistencialista pelo fato de apenas "dar coisas", o que se constitui em fator limitante para que o indivíduo possa vir a ser cidadão.

Assim, o assistencialismo Institucionalizado impede que os indivíduos busquem possibilidades de conquista da cidadania. Um exemplo desta forma de assistencialismo, é o modelo ainda preponderante na maior parte dos serviços de saúde do país.

Com a 8ª Conferência Nacional de Saúde, essa situação veio a tona gerando possibilidades de mudança.

* Foi utilizada uma legenda para manter o sigilo dos nomes: (1) Moradora da comunidade; (2) Outra moradora da comunidade.

Através da mobilização de alguns setores da população, houve a elaboração do modelo de assistência à saúde - S.U.S. (Sistema Único de Saúde), que prescreve a participação da população como uma forma de levar os indivíduos à conquista da cidadania. Sabe-se entretanto, que na prática a aplicação deste modelo, conforme suas diretrizes, está ainda em lento processo de implantação.

Patrício (1990, p. 206), a partir de estudos com famílias, faz reflexões sobre a prática assistencial das instituições públicas frente à saúde da família e questiona: "Será que não existe um serviço assistencial sem o propósito básico, paliativo, de "dar coisas"? Um serviço que promova o desenvolvimento da família através de ações como: orientar, encaminhar, estimular ao trabalho, ao estudo e que mantenha um certo tipo de acompanhamento? Será que a possibilidade de "dar um jeitinho", de conseguir auxílio do governo, através de seus serviços assistenciais não poderá estar estimulando o indivíduo a não trabalhar... a não ir em busca da mudança de sua situação?"

Situação 2 - No Domicílio

"...Estrela ⁽³⁾ falou que estava com fome, pois só tinha arroz, mas não tinha gás e nem leite..."

...O grupo de trabalho decidiu que primeiramente teria que junto com a família buscar recursos para sua alimentação..."(notas de campo)

Esta situação ilustra bem um outro lado do assistencialismo que não pode ser ignorado.

Conforme Patrício (1992), "no cotidiano de interagir com os indivíduos, principalmente em determinadas situações a domicílio, com famílias carentes economicamente, o "assistencialismo", como um momento, é prioridade, e é preciso que assim seja, pois não se conseguiria desenvolver de fato a prática educativa com o indivíduo, no sentido de que é difícil dialogar, refletir, pensar, decidir e agir, quando se está com fome, ou sem teto, ou com outro tipo de dor. Isto quer dizer que existem pré-condições para que o indivíduo possa ser cidadão, conforme Müller (1986)".

É preciso auxiliar o indivíduo a providenciar o atendimento das necessidades fundamentais. Muitas vezes até é preciso tomar para si a responsabilidade da busca de recursos para o atendimento das necessidades, ou seja, às vezes não é possível contar com a colaboração do indivíduo necessitado nesse processo de busca. Mas, chama-se atenção que, paralelamente, é preciso dialogar com o indivíduo, inclusive no sentido de que venha a acreditar que ele próprio pode, e até deve, tomar certas atitudes no sentido da responsabilidade de ser sujeito cidadão, de ser agente ativo no desenvolvimento de sua cidadania.

A partir desta visão, entendemos como Gramsci, citado por Mochcovitch (1988), que a conquista da cidadania por si só não resolve as dificuldades dos indivíduos, mas representa o ponto de partida para um processo mais amplo.

A prática da cidadania gera possibilidades de mudança: do **Assistencialismo Institucionalizado** para o **Assistencialismo Momentâneo**. Isto é, que este seja utilizado apenas na satisfação das necessidades fundamentais, emergenciais dos indivíduos, e não como prática sistemática culturalmente aceita.

Acreditamos, baseadas em todos os estudos e vivências que tivemos oportunidade de realizar com famílias

brasileiras, que o processo de aplicação plena da cidadania (de direito e de dever) somente se fará concreta pela participação efetiva da população, tanto pelo individual (consciência individual) quanto pelo coletivo (consciência coletiva).

ABSTRACT: This is a reflection about the role of the Assistencialismo in the questions related with citizenship health of the Brazilian population. First the theme is punctuated in the History of Brazil, since the discovery until nowadays and, after, reported through the examples of two practical situations where the Assistencialismo were present as the population expectation and also as a social institution. The reflection of the relation between the historic process of the construction of the assistencialismo in Brazil with the praxis, we call attention to the two kinds of Assistencialismo: the Institutional and the momentary.

KEY WORDS: Brazilian History; Medical Assistance; Social Identification.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- 1 COSTA, Luis C. ; MELLO, Leonel I. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1990.
- 2 ELSEN, Ingrid et al. Cidadania: um novo conceito para a prática de enfermagem com famílias? **Texto e Contexto - Enfermagem** Florianópolis, v. 01, p. 106-115, jan/jun, 1992.
- 3 FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- 4 — **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- 5 MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.
- 6 SOUZA, Maria Luiza de. **Serviço Social e Instituição: a questão de participação**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- 7 SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- 8 PATRÍCIO, Zuleica Maria. **A prática do cuidar/cuidado à família de adolescente grávida solteira e seu recém-nascido através de um marco conceitual de enfermagem de enfoque sócio-cultural** Florianópolis, 1990. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Catarina.
- 9 — Promovendo a cidadania através do conceito cuidado. **Texto e Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 89-106, jan/jun, 1992.

Endereço do autor

UFSC - Centro de Ciências da Saúde
Departamento de Enfermagem
Campus Universitário, Trindade, Florianópolis
CEP 88040-900 - Santa Catarina
Fone: (048) 231-9480 Ramal 4

* Foi utilizada uma legenda para manter o sigilo dos nomes: (3) Moradora da comunidade.